



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALESSANDRA WILMA LIMA SANTOS

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ASSOCIAÇÃO
BENEFICENTE DE EDUCAÇÃO E NEUROFUNCIONAL MILTOM MELLO**

ABAETETUBA – PA
2019

ALESSANDRA WILMA LIMA SANTOS

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ASSOCIAÇÃO
BENEFICENTE DE EDUCAÇÃO E NEUROFUNCIONAL MILTOM MELLO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Faculdade de Educação de
Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Federal do Pará, como
requisito parcial para a obtenção do Grau
de Licenciado em Pedagogia, sob a
orientação da Prof. Dr.^a Sandra Karina
Barbosa Mendes.

ALESSANDRA WILMA LIMA SANTOS

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ASSOCIAÇÃO
BENEFICENTE DE EDUCAÇÃO E NEUROFUNCIONAL MILTOM MELLO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Faculdade de Educação de
Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Federal do Pará, como
requisito parcial para a obtenção do Grau
de Licenciado em Pedagogia, sob a
orientação da Prof. Dr.^a Sandra Karina
Barbosa Mendes.

Aprovado em: ____/07/2019

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a. Sandra Karina Barbosa Mendes – UFPA
Orientadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – FAECS/UFPA

Prof.^a Me. Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz – FAECS/UFPA
Examinadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais
Examinador interno

Dedico este trabalho à minha amada e inesquecível, “Vó Bebê”.

Hoje entendo que deveríamos ficar longe para poder ficarmos mais perto.

A separação foi necessária para que eu pudesse entender quão grande era esse amor entre nós.

Hoje, tenho um anjo que me protege e a quem eu recorro sempre. Nos momentos difíceis sei que está comigo, pois sinto sua presença no mais íntimo de mim.

Obrigada Vó, pelos ensinamentos e pelas lições de vida.

Te amo eternamente!

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida e por ter me proporcionado viver este momento no tempo em que “Ele” determinou para mim;

À meus pais, Fifó e Eloisa, que fundamentaram os alicerces que me sustentam e guiam até hoje;

Aos meus filhos, Álax Douglas e Ana Flávia, que são a luz da minha vida, e o maior motivo do desejo dessa conquista;

À meu esposo Flávio, meu amor, que nas batalhas da vida, sempre está ao meu lado;

Às minhas irmãs Ellen, Elisabeth e Bianca, que estiveram a vida inteira comigo e que nunca me deixaram desistir dos meus sonhos;

À minha “Família Santos”. Que é a base sólida onde sempre encontro aconchego;

À meu/minha neto/neta, que ainda no ventre, já faz parte de tudo isso.

Aos meus sobrinhos, amores da minha vida, Marcelly, João Felipe, José Henrique, Miguel Danilo e em breve, Davi, que fazem os meus dias mais felizes;

À minha eterna amiga Maria Cristina Santos, que por um momento dividiu esse sonho comigo, mas que por ironia do destino, não teve a chance de concretizá-lo. “Maria Cris, essa vitória é nossa!”;

À minha “Equipe Dinamite”. Ana Beatriz, Camila, Tatiane, Tays e Maria Cristina. Sem vocês nada disso seria possível;

À minha turma “PEDAGOGIA-2015-VESPERTINO. Eis que depois de muito “tretar”, vamos nos formar.

Aos amigos, conhecidos e tantos quantos que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho.

À todos, o meu muito obrigada!

“Quantos alunos foram tidos como crianças deficientes pela sociedade e hoje repousam na eternidade como grandes gênios da nossa civilização. Por outro lado, por quantos outros prováveis futuros gênios fomos responsáveis pelas suas mortes, até mesmo antes de “nascerem”, pois não acreditamos neles e não estendemos as mãos para ajudá-los a encontrarem seus próprios caminho”

(Marcio Gomes, 2009)

RESUMO

O processo de consolidação da Educação Especial caracterizou-se por um período de segregação, onde as pessoas com deficiência eram tratadas com diferença e eram privadas tanto do convívio social quanto do direito à escolarização. No entanto, a partir de iniciativas particulares e isoladas, nos anos 60, vemos uma nova configuração se formando para que a educação especial se consolide de fato na perspectiva Inclusiva, inclusive com a implantação de escolas especializadas, a exemplo da Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Melo. Dessa forma, o presente trabalho traz a temática que tem como objetivo conhecer a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Melo, bem como o método utilizado e sua aplicação no Atendimento Educacional Especializado ofertado as crianças com deficiência. Como método de pesquisa, o trabalho está centrado no processo de pesquisa qualitativa e documental com referencial teórico pautados nos estudos de Mantoan (2010), Glat (2005) e Mazzota (2005). Contudo, essa nova perspectiva de educação leva à vários questionamentos, inclusive por se tratar de uma modalidade de ensino que se caracteriza em proporcionar educação de qualidade e bem estar à pessoas com deficiência, e na escola pesquisada não é diferente, pois a escola além de fazer um trabalho diferenciado, o faz também em paralelo com a escola regular. Portanto, os achados revelam, que há sim a possibilidade de se fazer esse modelo de educação distinta e voltada para a pessoa com deficiência, utilizando o Atendimento Educacional Especializado, tanto na escola comum quanto na escola especializada, a exemplo da Associação Milton Melo.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação especial. Método Glenn Doman.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	14
2.1 Educação Especial: contexto histórico.....	14
2.2 AEE e a Educação Especial	20
3 A ASSOCIAÇÃO MILTON MELO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	25
3.1 Associação Milton Melo – descrição da entidade	25
3.2 PPP e a proposta de Inclusão.....	33
3.3 O atendimento na associação e as práticas realizadas.....	35
4 O MÉTODO GLENN DOMAN E SUA APLICAÇÃO NA ABEEeN MILTON MELO.....	36
4.1 Conhecendo o Glenn Doman.....	36
4.1.1 A aplicação do método na associação.....	39
4.2.1 Atividades-Conhecendo suas capacidades.....	40
-Capacidade Visual.....	40
-Capacidade Auditiva.....	41
-Capacidade Tátil.....	41
-Capacidade Motriz.....	42
-Linguagem.....	43
-Manual.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Para analisar como ocorre o Atendimento Educacional Especializado-AEE oferecido pela Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Melo, é necessário primeiro conhecer e entender o histórico desta entidade, assim como, todo o seu funcionamento num contexto geral.

Sabemos que a realidade da educação no Brasil não favorece a inclusão e que apesar desse processo estar cada vez mais em evidência e que leis e decretos deem suporte à atitudes inclusivas, as escolas em todo seu corpo escolar, não está preparada para receber um aluno com deficiência, seja ela qual for, assim, cada vez mais, vemos crianças sendo excluídas das escolas regulares e sendo encaminhadas à entidades terapêuticas e de apoio para “tratamentos”.

Nesse sentido, o trabalho realizado pela Associação Milton Melo, vem contrapor essa realidade quando o aluno atendido deve estar devidamente matriculado na escola regular, com exceção daqueles alunos que tem suas capacidades neurológicas e/ou cognitivas afetadas a ponto de impedi-los.

Nesse contexto, das instituições especializadas, a exemplo da Milton Melo, que atende as peculiaridades específicas dos alunos em paralelo com a escola normal quando não é possível a sua integração nas classes regulares de ensino, este estudo busca conhecer a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Melo, bem como o método utilizado e sua aplicação no Atendimento Educacional Especializado ofertado as crianças com deficiência, visando esclarecer, de que forma são feitos os atendimentos no que diz respeito à proposta pedagógica no atendimento ofertado à crianças com deficiência?

Haja vista, que atualmente a pessoa com deficiência, através dos direitos conquistados e assegurados por leis e decretos, vem ingressando cada vez mais nos espaços escolares, visto que nem todas as escolas possuem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual tem a função de dar a devida assistência para essas pessoas com deficiência.

Se considerarmos que a educação é direito de todo e qualquer cidadão, devemos questionar de que forma as crianças com deficiência veem sendo inseridas tanto no contexto da escola regular quanto no contexto da escola especial, no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado-AEE.

Compreendendo inclusão como o ato de inserir, de deixar fazer parte, de abranger, a inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns se faz necessária no sentido de permitir que essas pessoas tenham a oportunidade de desenvolver suas aptidões, de forma que não se sintam ou que sejam consideradas incapazes de aprender, de produzir ou de assimilar conteúdos.

Se faz necessária também, quando numa dimensão macro da educação, temos a consciência de que o momento do ingresso da criança na escola é um momento de transição na vida de qualquer indivíduo, tenha ele deficiência ou não. É um momento de descobertas de si e dos outros, é um momento de trocas, é um momento de experiências únicas que tem muita influência nas ações futuras. Portanto, a escola e seu quadro estrutural e funcional devem estar preparados para receber essas crianças embasadas no novo paradigma educacional que visa uma escola democrática, que contribua e promova a aprendizagem.

Entendendo numa dimensão histórica e com apropriação do referencial teórico percebemos que esses alunos com deficiência têm sua trajetória marcada por processos de discriminação e exclusão e são encaminhados quase que na sua totalidade a entidades terapêuticas específicas para o “tratamento”, tendo o seu direito à escolarização violado. Penso que, de um modo geral, a perspectiva inclusiva avança, quando se reproduz na escola, o caráter educacional de forma a superar o caráter cuidador.

É importante destacar que dependendo de sua deficiência, as crianças com deficiências precisam ser estimuladas precocemente para que possam desenvolver suas capacidades sensório-motoras a fim de melhorar suas funções cognitivas e físicas, fazendo assim que tenham um crescente nível de realização e autonomia, portanto, seu desenvolvimento intelectual não está relacionado somente a conteúdos e sim à estímulos e incentivo que recebem nos primeiros anos de vida e a escola tem a função de mediar esse desenvolvimento em comunhão com a família .

Devemos também acreditar que toda inclusão depende do olhar de cada pessoa, ou seja, devemos atentar para o reconhecimento e a promoção do desenvolvimento do potencial inerente à todo ser humano em sua maior expressão: a diferença.

Portanto, a escola deve estar o mais preparado possível para receber alunos com deficiência na sua estrutura física e no seu corpo docente, além disso, um plano estratégico para que a permanência desse aluno na escola seja bem sucedida deve

ser elaborado, para que se possa englobar de uma forma geral o aluno, pais e professores no sentido de promover o diálogo entre as partes. Essa interação se faz importante para que se possa compreender as necessidades individuais de cada criança, bem como seus anseios e limitações, pois num nível educacional essas problemáticas devem ser levadas em consideração.

Assim, esse estudo sobre o Atendimento Educacional Especializado na Associação Milton Melo se faz relevante para que a nível social se possa esclarecer fatores complexos da realidade desses alunos e do processo de inclusão destes, bem como buscar compreender esse momento como um momento histórico e como parte integrante da sociedade.

Partindo do Princípio Legal da “Educação de qualidade para todos”, segundo a LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação) no seu Art.2º

A educação dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 08).

Amparados pela legislação, família e escola ocupam uma lugar de grande importância, no que diz respeito ao suporte fundamental para o desenvolvimento das crianças com deficiência, no sentido de serem as principais referências para essas crianças

Faz-se relevante, também, no sentido de compreender numa dimensão pessoal, como surge no primeiro momento o interesse e quais as causas que levam à procura para esse atendimento? Sabendo que a escola especial em parceria com a escola normal é de fundamental importância para o desenvolvimento dessas crianças com deficiência.

E, em um nível acadêmico, com o intuito de promover o desenvolvimento desses alunos com deficiência nos processos sociais, econômicos, entre outros. Contudo, as práticas acadêmicas tornam-se fatores integrantes do cotidiano e por consequência são inseridos no contexto social em que vivem esses alunos, assim, essas práticas vêm mostrar as especificidades e necessidades desses alunos, bem como sua importância na sua vida e no seu desenvolvimento. Trazer o mundo em que vivem e entender sua realidade faz com que esse desenvolvimento seja completo e de qualidade.

A Educação Especial é uma modalidade educacional que se caracteriza pelo atendimento a pessoas com necessidades especiais e que nem sempre apresentou a mesma configuração no decorrer da sua historicidade, conforme afirma Campos e Martins (2008, p. 223),

No decorrer da existência humana, a perspectiva social em relação aos portadores de deficiências, nem sempre foi a mesma, sofrendo alterações paralelamente à evolução das necessidades do ser humano e à própria organização das sociedades.

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2007, p. 11), em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dispõe sobre o atendimento ao deficiente apontando o seu direito a educação preferencialmente nos sistemas de ensino regular (BRASIL, 2007).

Durante os anos 60 ocorreu a maior expansão das escolas de ensino especial já vista nacionalmente, ampliando cerca de quatro vezes mais a quantidade do atendimento (MIRANDA, 2003).

Constatando na literatura que sua evolução constituiu um processo lento e gradativo, que foi se expandindo com pequenos avanços no desenrolar da década de 70, com a reformulação da LDB recomendando que os alunos especiais devessem ter tratamento especial, houve grande expansão do ensino especial. No entanto, como não houve alterações na forma desse atendimento, essa expansibilidade das classes especiais veio apenas atender a ineficiência do ensino regular que utilizava tais classes como escapatória para sua inadequação, tornando-as espaços de segregação (DECHICHI et al., 2009).

Mantoan (2010) enfatiza que a partir do ano 2000, as mudanças continuaram se expandindo, sendo que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, com suas diretrizes, trouxe avanços significativos extrapolando o ensino especial e provocando modificações profundas na escola comum, fazendo com que esta escola reverta seus conceitos e práticas utilizadas nas turmas em sala de aula. Essa política constitui sem dúvida, em termos legais, políticos e sociais um importante marco para a educação brasileira num todo.

Mantoan (2010) complementa que o novo campo de atuação da Educação Especial com caráter complementar e paralelo remete a uma transformação das escolas na busca do ensino com mais qualidade. Além disso, teve forte influência na neutralização dos desafios que levariam o professor a revisar e avaliar suas práticas

e a aprendizagem dos alunos. González (2002) argumenta que assumir a diversidade implica fazer uma análise do contexto com a incumbência de refletir sobre os elementos estruturadores da escola.

Sem dúvida, a Educação Inclusiva é uma vertente revolucionária que tenta ainda com dificuldades, desvencilhar as barreiras sustentadas pela exclusão. Barreiras essas, que abrangem um conjunto de fatores como: postura da escola, acessibilidade, currículo, falta de capacitação profissional e inadaptação. Porém, sabe-se que legalmente a educação é universal, o que implica numa obrigatoriedade do atendimento em sua totalidade e a todos indistintamente.

Para fundamentar esta pesquisa utilizei autores como Mazzota (2005), Glat (2005) e Mantoan (s/d), para deliberar sobre políticas públicas para a educação especial e sobre educação especial e inclusão escolar, respectivamente.

Este trabalho busca responder questões pertinentes ao Atendimento Educacional Especializado, haja vista que a associação em questão o faz em paralelo com a escola regular quando ela não possui sala de apoio multifuncional e/ou profissionais capacitados para fazê-lo. Contudo busca também conhecer a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Melo, bem como o método utilizado e sua aplicação no Atendimento Educacional Especializado ofertado as crianças com deficiência.

Contudo, ressalto um interesse pessoal em responder questões referentes às atividades realizadas dentro da associação e que tem o intuito de melhorar e desenvolver as capacidades físicas, sociais e cognitivas dos alunos que são atendidos. Assim, esta pesquisa se faz relevante para que, de uma forma geral possamos compreender: Qual a importância do trabalho realizado pela Associação Milton Melo para as crianças atendidas e para a sociedade como um todo.

É importante também, para vislumbrar o Atendimento Educacional Especializado(AEE) ofertado na associação, bem como seu planejamento, metodologia e avaliação. Entendendo o método Glenn Doman, como método utilizado na Associação, e sua eficácia no aprendizado e desenvolvimento de crianças com deficiência.

Para tanto utilizei nessa pesquisa, o método qualitativo, usando a análise do Projeto Político Pedagógico(PPP) em pesquisa documental e a observação participativa na Associação, como método de coleta de dados, onde pude conhecer mais a fundo a dinâmica aplicada tanto nas salas de padronização quanto nas salas

de aula, tanto o papel dos alunos quanto de toda a equipe que faz parte do quadro funcional da associação. Utilizei também o referencial teórico para compreender na perspectiva inclusiva a importância da associação no trabalho em paralelo com a escola regular e como esse trabalho tenta suprir essa ausência.

Essa pesquisa busca também conhecer de que forma é feito o atendimento pedagógico ofertado na Associação Milton Melo às crianças com deficiência, que não frequentam a escola regular, sabendo que os alunos que não frequentam a escola regular, são alunos que têm limitações físicas e/ou psíquicas muito comprometidas.

Dessa forma, Este trabalho está dividido em três sessões:

A segunda intitulada: “Educação especial na perspectiva da educação inclusiva.”

A terceira intitulada: “A Associação Milton Melo e o Atendimento Educacional Especializado.”

A quarta intitulada: “O método Glenn Doman e sua aplicação na ABEEeNMM.”

Na seção II, irei tratar da historicidade da Educação Especial, dando ênfase para a Associação Milton Melo como objeto deste estudo, assim como, os vários institutos, associações e centros fundados pelo Brasil. Fazendo também uma abordagem na perspectiva inclusiva da educação. Esta seção está dividida em duas subseções que vão tratar do contexto histórico e do Atendimento Educacional Especializado, respectivamente.

Na seção III, falo sobre a associação estudada, fazendo a descrição da mesma, e sobre o Projeto Político Pedagógico-PPP e sua proposta para a inclusão. Por fim, discorro sobre o atendimento realizado na referida associação.

Na seção IV, falarei do Glenn Doman, descrevendo e tecendo considerações enquanto método utilizado, especificamente, a aplicação do método e as atividades realizadas com a utilização dele.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A concepção de Educação Especial surge na perspectiva de um conceito histórico e social, o qual não se deve definir como movimento efêmero. Deve ser um considerado como um passo importante e marcante na realidade da educação do país, no que diz respeito aos direitos e os cumprimentos desses direitos das pessoas com deficiência.

Para que possamos entender melhor a trajetória da Educação Inclusiva e Especial no Brasil até os dias atuais, é necessário que retomemos à história. Para tanto, este capítulo busca esclarecer de forma resumida os históricos deste processo, bem como, as ações que marcaram esse processo.

2.1 Educação Especial: contexto histórico.

Ao passo que esse novo olhar para a pessoa com deficiência e para a modalidade da Educação Especial vem se harmonizando, vemos uma realidade inclusiva se moldando como um suporte na escola regular. Portanto, a escola que tinha uma visão restrita ao atendimento desse alunado, passa a se configurar como atendimento em paralelo com as escolas especializadas, através do Atendimento Educacional Especializado.

Contudo, é necessário que haja uma ressignificação conceitual a partir das representações sociais construídas ao longo do tempo, quando vemos até então, uma sociedade subjugadora e castradora dos potenciais humanos e funcionais das pessoas com necessidades especiais (BEYER, 2006).

No sentido dessa nova perspectiva educacional, vamos retroceder ao início da luta em favor da Educação especial para conhecer como se pautava esse modelo de educação e como se constituíram os padrões teóricos, assim como as políticas educacionais da época.

Movidos por um movimento em defesa e com o intuito de promover o atendimento educacional às pessoas com deficiência, em meados do século XIX, alguns brasileiros se colocaram à disposição de organizar e praticar ações concretas de cunho particular e/ou isoladas voltadas a pessoas com deficiência mental e intelectual.

Gradualmente, a partir do século XX, começa a se perceber e a valorizar o público deficiente, assim se desponta a nível mundial, através de movimentos, a luta contra a discriminação e em favor da educação inclusiva.

De fato, apenas nos anos 60 essa modalidade chamada Educação Especial foi instituída oficialmente, despertando o interesse de alguns educadores. Nesse sentido, podemos definir três períodos considerados importantes e que marcaram a história da educação das pessoas com deficiência: período de 1854 a 1956 e período de 1957 a 1993.

O primeiro período foi caracterizado por iniciativas oficiais, particulares e isoladas ressalta o atendimento clínico incluso na educação escolar e a criação de instituições tradicionais de educação voltadas às pessoas com deficiência, a exemplo do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado no Rio de Janeiro em 1854.

A fundação do Imperial Instituto deveu-se, em grande parte, a um cego brasileiro, *José Alvares de Azevedo*, que estudara no instituto de Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Haüy no século XVIII. Por ter obtido muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha do Dr. José F. Xavier Sigaud médico da família imperial, José Alvares de Azevedo despertou a atenção e o interesse do Ministro do Império, Conselheiro Couto Feraz. Sob a influência de Couto Ferraz, D. Pedro II criou tal Instituto, que foi inaugurado no dia 17 de setembro de 1854, cinco dias após sua criação. Para dirigi-lo foi nomeado o Dr. Xavier Sigaud, cujo busto em mármore se encontra no salão nobre daquela casa de ensino (MAZZOTA, 2005, p. 28).

Além deste Instituto, que mais tarde, em 1890, receberia o nome de Instituto Benjamin Constant, e com a perspectiva da Educação Especial cada vez mais em evidência, ao longo do tempo foram criadas novas Instituições pelo mundo, sobretudo no Brasil como, por exemplo, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, fundado em 1856 e que cem anos após sua fundação passou a se chamar Instituto de educação de Surdos-INES.

É “Importante salientar que desde seu início a referida escola caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a ‘educação literária e o ensino profissionalizante’ de meninos ‘surdos-mudos’, com idade entre 7 e 14 anos” (MAZZOTA, 2005, p. 29). Além deste, o Hospital Estadual de Salvador, fundado em 1874 e que hoje se chama Hospital Juliano Moreira.

Sobre o tipo de assistência prestada, há, no entanto, informações insuficientes para sua caracterização como educacional. Poderia tratar-se

de assistência médica a deficientes mentais e não propriamente atendimento educacional; ou ainda, atendimento médico-pedagógico. (MAZZOTA, 2005, p.30).

A partir de então, segundo Mazzota(2005), o número de estabelecimentos para a educação especial cresceu consideravelmente, ao ponto em que em 1950, no Brasil, haviam quarenta estabelecimentos de ensino e quatorze instituições especializadas mantidas pelo poder público, dentre eles se destacam: o Colégio Santa Catarina, em Joinville, o Colégio dos Santos Anjos, a Escola Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro, a Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro, a Escola Estadual São Rafael, em Salvador, a Escola Estadual Instituto Pestalozzi, idealizada por Helena Antipoff, em Minas Gerais, o Instituto de Cegos da Bahia.

Temos ainda, a Escola Especial Ulisses Pernambucano, em Pernambuco, o Instituto Pestalozzi, no Rio Grande do Sul, o Grupo Escolar Paula Soares e Instituto Santa Luzia, em Porto Alegre, o Instituto Paranaense de Cegos, no Paraná, o Instituto São Rafael, em Taubaté-SP, a Associação Linense para Cegos, em Lins, o Instituto Estadual de educação Padre Anchieta, o Instituto Santa Terezinha, a Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz, A Instituição Lar-Escola São Francisco, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil e as escolas regulares Grupo Escolar Miss Browne e Grupo Visconde de Itaúna, em São Paulo (MAZZOTA, 2005).

Em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, no Rio de Janeiro. No segundo período, que caracteriza por ações no âmbito nacional,

A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das "Campanhas", que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que até agora existe, no Rio de Janeiro/RJ. Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente, para atender à outras deficiências. (MANTOAN, s/d).

“Esta primeira campanha, objetivava a promoção do alcance de todos à educação e assistência em todo território nacional” (MAZZOTA, 2005, p. 49-50). Neste momento, a condução dos trabalhos nestas instituições era colocada na responsabilidade de pessoas que estavam ligadas a movimentos privados ou filantrópicos de assistência à pessoas com deficiência, que até hoje têm muito poder

sobre a orientação das grandes linhas da educação especial. Na época do regime militar eram generais e coronéis que lideravam essas instituições. (MANTOAN, s/d).

Em 1973, foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura- MEC, o Centro Nacional de Educação Especial-CENESP, com a finalidade de,

[...] planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problema de conduta e os superdotados, visando a sua participação progressiva na comunidade, obedecendo os princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a educação Especial. (MAZZOTA, 2005, p.56).

Dessa forma, foram extintas as Campanhas e o novo órgão passou a fazer parte dos mais importantes institutos do Brasil. Foram muitos os políticos, educadores, personalidades brasileiras que se identificaram com a educação de pessoas com deficiência e que protagonizaram a história dessa modalidade de ensino (MANTOAN, s/d), porém destacam-se os pais de alunos com deficiência na manutenção desses espaços de ensino, sobretudo os pais de crianças com deficiência mental, que eram maioria.

Assim podemos perceber que a participação dos pais é de fundamental importância no sentido da organização de associações beneficentes que buscam nas esferas públicas e privadas parcerias que viabilizem o acesso e a permanência dessas crianças com deficiência.

Ao final do século XX até os dias atuais é percebido que os avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos, por uma sociedade inclusiva no Brasil, vêm sendo mais valorizada, contando com sala de recursos, atendimento diferenciados, métodos tecnológicos como computadores adaptados, sintetizadores de fala, programas e aplicativos, dentre outros diversos modelos tecnológicos e inclusão social de um público que sofreu duramente e ainda sofre, com discriminações e preconceitos e hoje busca a garantia de seus direitos perante a sociedade, promovendo o desenvolvimento social, sem se esquecer de suas potencialidades e peculiaridades de suas deficiências nesses espaços, mesmo estando assegurados pela nossa Constituição Federal.

Somente nas décadas de 80 e 90 essas crianças com deficiência passam a ser ativas nessas associações, fazendo parte inclusive da equipe coordenadora e

dos planejamentos, de forma a assegurar seus direitos e serem respeitados e aceitos na sua deficiência.

Reportando-nos à Associação Milton Melo, é de fácil percepção as atividades e práticas educacionais, fisioterapêuticas e sociais a que os indivíduos que fazem parte do corpo docente são submetidos. Cada pessoa tem uma linha de ação que vai desde os associados e suas famílias até a equipe gestora e pedagógica. Dentre estas ações, pode-se destacar:

- Associados (família e alunos);
 - Servir de órgão de articulação com outras entidades do município, e fora deste, que defendem a causa da criança com necessidades educacionais especiais em qualquer de seus aspectos;
 - Promover atividades recreativas, culturais e educacionais de saúde;
 - Realizar convênios com Entidades afins, Órgãos Públicos Municipal, Estadual e Federal, bem como solicitar e receber auxílios ou subvenções de órgãos públicos ou particulares;
 - Promover fórum de debates, encontros, palestras, formação de interesse da comunidade;
 - Desenvolver projetos e programas em parceria com o primeiro, segundo e terceiro setor, direcionado a crianças, adolescentes com as necessidades educacionais especiais;
 - Encarregar-se da documentação e da divulgação das normas legais e regulamentares municipais, relativas às pessoas com necessidades educacionais especiais, procurando provocar a ação de órgãos competentes no sentido de aperfeiçoamento da legislação;
 - Promover e estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas referentes à causa da criança com necessidades educacionais especiais, proporcionando avanço científico e formação de pessoal técnico especializado;
 - Promover e estimular a realização de programas permanentes de prevenção dos diversos tipos de deficiências;
 - Promover programas de estimulação precoce;
 - Estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela A.B.E.N.M.M impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência;
 - Divulgação no Município das experiências da A.B.E.N.M.M.;
 - Promover mensalmente excursão e lazer, com as crianças com necessidades educacionais especiais, fora ou em qualquer outro espaço livre no município;
 - Promover visitas domiciliares por grupos da Associação nas casas das crianças com necessidades educacionais especiais caso estejam com dificuldades;
 - Promover auxílio técnico as crianças com necessidades educacionais especiais, desnutridas, ajudando com programas nutricionais a partir de convênios;
 - Promover e incentivar atividades esportivas educacionais diversas na associação;
 - O empresariado local com mais de 100 funcionários deve garantir no mínimo 5% de vagas as crianças com necessidades educacionais especiais;
 - E que nas escolas profissionalizantes desta cidade promova-se cursos para as crianças com necessidades educacionais especiais;
 - Que as crianças com necessidades educacionais especiais tenham direito garantido ao transporte gratuito e a aposentadoria para a sua assistência diária;

- Cobrar das unidades médicas municipais, estaduais e federais atendimento odontológico e médico especializado para as crianças com necessidades educacionais especiais;
- Fazer convênios com órgãos especializados no atendimento sensorio motor. (PPP DA ASSOCIAÇÃO, 2017, p.17).

Essa linha de ação, tem como relevância, a participação efetiva das famílias de alunos e dos próprios alunos no funcionamento efetivo da associação, sabendo que para que haja uma eficácia nos atendimentos, essa participação é de fundamental importância.

- Equipe gestora e pedagógica;

- Desenvolver uma gestão democrática.
- Sensibilizar a comunidade escolar sobre as ações que promovam o resgate dos valores.
- Conscientização sobre a inclusão social e educacional dentro e fora do espaço institucional.
- Realização da hora administrativa pedagógica quinzenalmente com os funcionários da escola para avaliar e refletir acerca da formação.
- Desenvolver a formação continuada.
- Promover maior interação entre família e escola, através de ações educativas e culturais.
- Garantir um atendimento de qualidade aos alunos com de necessidades educacionais especiais, efetivando sua permanência com sucesso na escola.
- Oportunizar aos professores o uso aos professores o uso de bons materiais didáticos, visando um melhor aprendizado dos alunos.
- Criar condições para que todas as pessoas envolvidas na comunidade escolar conheçam em reunião seus direitos e deveres. ---Realizar encontros educativos que contribuam para a formação integral
- Zelar pelos bens patrimoniais da escola.
- Acompanhar, avaliar o rendimento no desenvolvimento das atividades de estimulação sensorio motoras
- Desenvolver ações cívicas, sociais, religiosas e culturais para promover a interação e participação entre os alunos. (PPP DA ASSOCIAÇÃO, 2017, p.17-18).

Essas ações estão inclusas no Projeto Político Pedagógico da associação, com a finalidade de promover uma participação ativa de todos os envolvidos nesse processo e de manter o ajustamento e bem-estar das crianças com deficiência dentro do ambiente em que estão inseridos.

Contudo, a inclusão só existirá de maneira concreta, quando houver uma harmonia entre todos os indivíduos envolvidos, no sentido da ajuda mútua. Pois só assim, com o sentimento de solidariedade é possível fazer uma escola realmente disposta a incluir e de dar oportunidades para a inclusão.

Isso reforça, no seu modelo de atendimento, a justiça social, onde a educação inclusiva protege o direito de todos às oportunidades educativas mesmo sabendo que nos dias atuais, o sistema de ensino se mostre incapaz de lidar com um número

cada vez maior de alunos que devido a uma série de problemas, sociais, culturais, psicológicos ou de aprendizagem, fracassem na escola (GLAT; OLIVEIRA, 2005).

2. 2 AEE e a Educação Especial

O Atendimento Educacional Especializado, foi criado para dar suporte aos alunos com deficiência para o acesso aos serviços ofertados na escola regular e para melhor desenvolvimento de suas habilidades.

De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Desse modo, o Atendimento Educacional Especializado- AEE surge com uma proposta de suporte para esses educandos com deficiência, no sentido de facilitar o acesso aos serviços educacionais e com o objetivo de organizar, identificar e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (MEC, 2009).

Esse atendimento deve ser realizado no horário oposto ao horário de aula normal, de preferência, quando possível, na mesma escola ou em outra escola nas proximidades. Deve ser realizado em uma sala específica chamada de “sala de recursos multifuncionais”, que são salas que possuem todo o aparato de recursos pedagógicos, didáticos, com equipamentos e profissionais habilitados para favorecer o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo dos alunos matriculados.

É necessário também a participação conjunta de profissionais. Professores do AEE e professores da sala regular devem estar juntos na elaboração das atividades, com o intuito de adaptar o currículo às necessidades dos alunos com deficiência,

promovendo sua interação com o grupo e fomentando ações para práticas inclusivas.

Para tanto, o AEE tende a incorporar em seu *status* conceitual o caráter inclusivo, pois quanto mais esses atendimentos acontecerem, mais esses alunos farão parte do todo da escola, fazendo assim com que ocorram cada vez menos ações discriminatórias.

A igualdade de acesso e permanência na escola teve/tem distintas interpretações ao longo de sua história, o que gerou formas diferenciadas de atendimento. Segundo Fávero, Pantoja e Mantoan (2007), essas diferentes interpretações geraram dois pontos de vista em relação aos atendimentos ofertados.

O primeiro ponto de vista organizou escolas separadas, chamadas de especiais ou especializadas, voltadas apenas para pessoas com deficiência, nas quais normalmente se pode cursar a Educação Infantil Ensino Fundamental, em outras palavras, substituem absolutamente o acesso a uma escola comum. Nessa linha, seus defensores não negam direitos, pois o aluno pode ter acesso a algum tipo de ensino, e isso seria suficiente. O segundo trata-se da Educação Especial defendida pelos movimentos que apoiam a inclusão escolar, isto é, a frequência a um mesmo ambiente por alunos com ou sem deficiência. O AEE, nessa perspectiva, é apoio, complemento, destinado a oferecer aquilo que é de específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, quando na idade própria, ambientes comuns de ensino, em estabelecimentos oficiais comuns” (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007, p. 17). Nessa vertente, a negação de direitos ocorre quando tal atendimento acaba substituindo totalmente os serviços oficiais comuns

Nos dias atuais, ainda se vê em uso essas duas formas de entender a educação especial, contudo, é cada vez mais constante a utilização do segundo ponto de vista e isso nos mostra que cada vez mais essa modalidade vai ganhando espaço, e se caracterizando de fato, na perspectiva inclusiva.

Estas duas formas de pensar, estariam de alguma forma contrariando o Artigo I da Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, que diz em seu 1º artigo, no §1 inciso que,

Aos efeitos da presente Convenção, se entende por discriminação toda distinção, exclusão, limitação ou preferência fundada na raça, na cor, no sexo, no idioma, na religião, nas opiniões políticas ou de qualquer outra índole, na origem nacional ou social, na posição econômica ou o

nascimento, que tenha por finalidade ou por efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento na esfera do ensino. (MEC, 2004, p. 17).

Para tanto, a Organização da Nações Unidas (ONU), elaborou documentos norteadoras para o desenvolvimento de políticas públicas para a educação especial, dentre eles, alguns muito importante para luta pela Inclusão:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Nesta Declaração a ONU reconhece que, “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos [...]”. De maneira geral, assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, a educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e à livre participação na vida da comunidade. (MEC, 2004, p. 14).

- Declaração de Jomtien (1990), nesta Declaração, assinada na Tailândia,

Os países relembram que “a educação é um direito de todos, homens, mulheres de todas as idades, no mundo inteiro”. Declaram, também, entender que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sendo um elemento que “pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional”. (MEC, 2004, p. 15).

Essa declaração objetiva atender as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. O Brasil nesse momento, assume o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país e para cumpri-los, tem criado estruturas e documentos legais nas esferas municipal, estadual e nacional para amparar a construção de sistemas educacionais inclusivos.

- Convenção de Guatemala (1999), nesta convenção aos países que fizeram parte da Convenção Interamericana, reafirmam que:

As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano”. (MEC, 2004, p. 17).

Esta Convenção objetiva a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade. No seu artigo I, a Convenção define que o termo deficiência “significa

uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

- Declaração de Salamanca (1994), em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia –, e coube ao país, como signatário da Declaração Mundial sobre Educação para todos, a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à Educação. A Declaração de Salamanca, assinada em junho de 1994 fruto da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade”, ocorrida na Espanha, em 1994,

A experiência, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, indica que o alto custo das escolas especiais supõe, na prática que só uma pequena minoria de alunos [...] se beneficia dessas instituições. [...] Em muitos países em desenvolvimento, calcula-se em menos de um por cento os números de atendimentos de alunos com necessidades educativas especiais. A experiência, [...] indica que as escolas integradoras, destinadas a todas as crianças da comunidade, têm mais êxito na hora de obter o apoio da comunidade e de encontrar formas inovadoras e criativas de utilizar os limitados recursos disponíveis (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 24-25).

Esta declaração tem como foco principal os princípios, políticas e práticas para a educação especial. Tendo como objeto de discussão a atenção educacional aos alunos com necessidades especiais. Nela, os países signatários, dos quais o Brasil faz parte, declaram que:

- Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprios;
- Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades;
- As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;
- As escolas comuns com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos. (MEC, 2004, p. 15).

A Declaração se dirige a todos os governos, incitando a:

- Dar a mais alta prioridade política e orçamentaria à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
- Adotar, com força de lei ou política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário;
- Criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educativas especiais;
- Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisão para atender alunos e alunas com necessidades educativas especiais;
- Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender as necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras. (MEC, 2004, p. 16).

Essa declaração enuncia que diante do alto custo em manter instituições especializadas as escolas comuns devem acolher todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outros. Dois anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 – LDB/96 – é promulgada, propondo a adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente a todas as crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser foco do discurso de inclusão escolar.

Desse modo, o modelo de educação segregada perde espaço e se configura como um modelo educacional que garante o acesso e a permanência dessas crianças e adultos nas escolas de ensino comuns.

A respeito desse modelo educacional, a Associação Milton Melo, sob este enfoque inclusivo, tem como base norteadora pontos relevantes e aspectos fundamentais que constituem as leis acima descritas, no intuito de fazer com que sejam, de fato, cumpridas, entendendo que é de fundamental importância que todos os indivíduos que fazem parte deste processo sejam acolhidos nos mais variados sentidos.

Nesse sentido a Associação Milton Melo, através de uma gestão participativa, busca envolver todas as pessoas que fazem parte do corpo docente e discente, assim como, órgãos da esfera pública como: Prefeitura municipal e secretaria de saúde municipal, juntamente com redes de apoio que dão suporte aos trabalhos realizados na Associação, com: CRAS, CAPS, CREAM e ADEMA, no sentido de unir forças para buscar o melhor desenvolvimento das crianças. É com esse suporte que os atendimentos e as atividades são realizados, e é dessa forma que se chega ao

objetivo final que é o de garantir que se cumpram todos os direitos das crianças atendidas.

3- A ASSOCIAÇÃO MILTON MELO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

Esta sessão faz uma descrição a Associação Milton Melo, com o objetivo de conhecer como ela está organizada, desde o primeiro contato com a família, seu organograma institucional, estrutura física, quadro funcional, sobre o Atendimento Educacional Especializado ofertado na associação, bem como, analisar como o currículo, enquanto proposta pedagógica está organizado para atender esse alunado. Vale ressaltar que esses dados contidos nessa sessão servem como base norteadora para a efetivação do trabalho realizado na associação com o intuito de promover cada vez mais o desenvolvimento e a aprendizagem desses alunos atendidos.

3.1 Associação Milton Melo – descrição da entidade

Segundo informações do Projeto Político Pedagógico, a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Melo (A.B.E.N.M.M) é uma entidade privada sem fins lucrativos de caráter filantrópico, assistencial, cultural, educacional e neurofuncional. Regida por seu estatuto e devidamente registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e também no Conselho Nacional de Assistência Social e quais mais disposições legais lhe forem confiadas.

A implantação da associação teve como mentora e incentivadora a Dr^a Madacilina Melo Teixeira, que perdeu seu irmão Milton Melo, que apresentava necessidades especiais aos sete (07) anos de idade, devido à falta de oportunidades de receber serviços adequados às suas necessidades e estimulação para interação com o meio.

Assim, surgiu durante as reuniões de pais a ideia de investigar as possibilidades de se ter um espaço adequado, a fim de aumentar a oferta de atendimento do público alvo da educação especial. Um lugar em que essas crianças pudessem ser atendidas como forma de buscar assegurar a esses alunos uma

educação com princípios inclusivos para que tenham oportunidades de desenvolver suas potencialidades.

Nesse sentido, a Associação Milton Melo acredita que toda criança tem potencial para desenvolver suas capacidades, basta que lhe sejam oferecidas condições e oportunidades, no entanto tem como objetivo, oferecer oportunidades para que as pessoas com necessidades especiais resgatem as funções de vivência, através de estímulos. Proporcionando também melhores condições de saúde e educação para que desenvolvam seu potencial, promovendo o bem estar biopsicossocial de seus alunos e dando chances àqueles que apresentam condições de escolarização, a sua inclusão na rede comum de ensino.

Para as demais crianças que possuem um quadro neurológico mais comprometido, que podem de alguma forma impedir ou dificultar seu aprendizado, a Associação, buscar instrumentos facilitadores para estas desenvolverem ao máximo suas potencialidades, possibilitando-lhes condições para exercer sua cidadania;

Nesse contexto das instituições especializadas, a exemplo da Milton Melo, que atende as peculiaridades específicas dos alunos em paralelo com a escola regular quando não é possível a sua integração nas classes regulares de ensino, este estudo busca esclarecer de que forma são feitos os atendimentos no que diz respeito à proposta pedagógica no atendimento ofertado à crianças com deficiência.

Atualmente, a pessoa com deficiência, através dos direitos conquistados e assegurados por leis e decretos, vem ingressando cada vez mais nos espaços escolares, visto que nem todas as escolas possuem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual tem a função de dar a devida assistência para essas pessoas com deficiência.

A associação está em atuação desde o dia vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, devido à grande necessidade de famílias que apresentam em seu seio crianças com necessidades especiais em terem a oportunidade de oferecer um atendimento educacional especializado voltado à estimulação do potencial dessas crianças e adolescentes, com necessidades educativas especiais.

Conforme decreto nº 6571/2008 e a resolução CNE/CEB Nº 4/2009, a Associação Milton Melo, se coloca à disposição para ajudar no desenvolvimento dessas crianças com deficiência atuando como Centro de Atendimento Educacional

Especializado (AEE), vinculado à Secretaria de Educação, por meio de um convênio com a Prefeitura Municipal de Abaetetuba.

Ela busca fomentar o desenvolvimento neuropsicomotor do indivíduo na oferta desse serviço de forma não substituta à escolarização, mas em paralelo, disponibilizando recursos e serviços pedagógicos, através de estímulos sensorio motores, possibilitando-os exercer sua cidadania e inclusão social e educacional tendo como base os procedimentos metodológicos do Método do Desenvolvimento do Potencial Humano.

Esta associação tem sede provisória localizada na Rua Magno de Araújo, nº 2076 no bairro de São Lourenço, Abaetetuba-Pará. (PPP DA ASSOCIAÇÃO, 2017)

A Associação Milton Melo tem como principal objetivo em seu projeto político pedagógico,

Oferecer oportunidades para que as pessoas com necessidades especiais resgatem as funções de vivência, através de estímulos, proporcionando melhores condições de saúde e educação. Promovendo o bem estar biopsicossocial de seus alunos, dando chances àqueles que apresentam condições de escolarização, garantindo sua inclusão na rede comum de ensino. E as demais crianças que possuem um quadro neurológico mais comprometido, de desenvolverem ao máximo suas potencialidades, possibilitando-lhes condições para exercer sua cidadania (PPP da entidade, 2017, p. 01).

A Associação é também denominada educativa por promover o desenvolvimento das funções neuropedagógicas, que consiste no aprendizado do aluno e na forma com que ele guarda esse aprendizado no que diz respeito a sua escolarização, estimulando funções com escrever, ler, interpretar textos e fazer cálculos matemáticos, entre outros. Na perspectiva neurofuncional, responde também pelas atividades funcionais de sentidos, característicos do ser humano: tato, olfato, paladar, audição e visão.

Atualmente a Associação Milton Melo atende cerca de 105 (cento e cinco) alunos com as mais variadas deficiências como: deficiência física, deficiência múltipla, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e com atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, dos quais, 60(sessenta) estão regularmente matriculados na rede regular de ensino, realizando

assim o atendimento em paralelo com a rede regular de ensino e a outra porcentagem não realiza esse trabalho devido as características de sua deficiência.

A associação conta também com o trabalho de uma equipe de profissionais da educação especial sob a orientação/formação de equipe multiprofissional para desenvolver trabalhos de cunho pedagógico especializado, estimulação sensório-motoras, avaliação psicopedagógico, e orientação às famílias atendidas. Funciona em dois turnos, onde de segunda à quinta-feira os alunos são agrupados em turmas para atendimento coletivo, que são organizados de acordo com a idade e o nível de desenvolvimento e sexta-feira é destinada a hora atividade, onde os professores desempenham atividades de planejamento, formação, produção de materiais.

Os atendimentos aos alunos têm duração de quatro horas diárias e funcionam no contra turno escolar com atendimentos de: complementação pedagógica, psicomotricidade, estimulação sensório motora, educação cognitiva e funcional, educação física, acolhimento pedagógico, lazer.

Na perspectiva da Educação Inclusiva a instituição vem atuando a quatorze anos neste município, com ações conjuntas, estimulando as potencialidades dos alunos e a superação de suas dificuldades. Dessa forma, a associação conta com a parceria das esferas sociais para fortalecer o atendimento, aumentar o número de alunos atendidos e também para a aquisição do prédio próprio, assegurando assim um atendimento com ainda mais qualidade e equidade.

Com base no PPP, em sua linha de ação, além do AEE a associação desenvolve atividades de cunho educacional, cultural, beneficente, recreativo e de saúde. Realiza atividades de integração sensório-motoras, atividades psicomotoras, atividades de educação cognitiva, produção de materiais didáticos/táteis pedagógicos, articulação pedagógica com a escola regular dos alunos atendidos, formação continuada, oficinas pedagógicas, visita domiciliar e escolar, conselho de classe, plantão pedagógico, avaliação psicopedagógica entrevista, hora pedagógica/hora atividade, formação com as famílias (projeto “abraçar”), festas em datas comemorativas, ação social em comemoração ao aniversário de fundação da associação, participação nas reuniões dos conselhos municipais para regularização de autorização da entidade, encaminhamento da famílias para serviços de saúde, assistência social e educação, ações beneficentes, entre outros.

Em seu organograma institucional (corpo técnico) a associação conta com uma equipe de profissionais de várias áreas cedidos pela Secretaria Municipal de

Educação e mais cinco voluntários. Dentre estes profissionais temos: Diretoria executiva (setor formado pelos pais que tomam as decisões financeiras e administrativas. Supervisiona e zela pelo patrimônio), Diretoria administrativa (Nomeado pela diretora executiva para acompanhar as atividades culturais, documentação, organização e gestão institucional), Conselho fiscal (fiscaliza a aplicação dos recursos para a diretoria), Equipe pedagógica (supervisiona o andamento das atividades sensório-motoras e aprendizagem dos alunos e o seu acompanhamento familiar), Corpo docente (responsável pela aplicação das atividades sensório-motoras), Corpo discente (recebem o atendimento sensório-motor a fim do amadurecimento cerebral), Equipe de apoio (zela pela limpeza e segurança da associação) e Voluntários (colaboram nas atividades de padronização junto aos profissionais da associação).

Reportando à estrutura física da associação, percebo que ainda é um espaço inadequado e não possui a estrutura necessária para que se realize de forma confortável e satisfatória as atividades que os alunos precisam. A associação conta com três salas de padronização, recepção, copa, depósito e área livre, sendo circundado por casas e prédios comerciais.

É notório que, apesar de todos os avanços que se tem tido no que diz respeito à Educação Inclusiva, no Brasil ainda é considerado problemático o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas redes comuns de ensino, onde se vê cada vez mais a teoria se distanciando da prática.

O que se vê ainda são escolas colocando-se como referência, fazendo com que o aluno ou a família do aluno se coloquem a mercê das expectativas da escola, mas essa proposta de Inclusão Escolar requer um olhar mais atento à aprendizagem dessas crianças e a implantação de procedimentos que visem orientar e organizar todo o processo educacional inclusivo, sempre com foco nas necessidades específicas de cada criança no que diz respeito à sua aprendizagem.

Inclusão Educacional deve ser entendida como processo que permite colocar valores em prática, removendo-se as barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos, estejam eles onde estiverem desde que seja em escolas de orientação inclusiva, que ofereçam respostas educativas e de boa qualidade para todos, com todos e por toda a vida. (EDLER, 2006).

Sendo assim, a necessidade de envolver todos os personagens que fazem parte dos processos familiares e educacionais é de fundamental importância, pois

contribui para a eficácia das ações, aumentando a possibilidade do aluno em se identificar como parte integrante de todo o processo.

A respeito da participação do grupo familiar nesses processos de integração, a Associação Milton Melo considera relevante e de essencial importância a presença desses indivíduos, no sentido de fazer com que além do suporte dado às crianças por meio das atividades dentro da associação, tenham também o suporte familiar. Isso implica no desenvolvimento no sentido mais complexo da palavra, ou seja, para a associação a família é a base estrutural da sociedade, portanto essencial para o aprendizado e desenvolvimento de crianças com deficiência ou sem deficiência.

No seu organograma institucional, para a manutenção financeira, a associação conta com um convênio com a Prefeitura Municipal de Abaetetuba, a qual destina para esta instituição a cedência de professores, vigias, serventes, lanches e uma verba financeira no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) que se refere ao pagamento do aluguel do prédio. Além desta verba, há uma colaboração financeira mensal no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) das famílias associadas. Vale ressaltar que o índice de inadimplência é alto, por conta das condições socioeconômicas de algumas famílias.

Desta forma a sistemática de efetuação das despesas está baseada na verba municipal, destinado ao pagamento de aluguel, energia elétrica e uma ajuda de custo para as cinco pessoas que prestam trabalhos voluntários, a colaboração dos associados e empregados em eventos culturais, formações e material de expediente.

As despesas são controladas pela diretora administrativa que repassa por meio de prestações de contas mensais, os investimentos que foram efetuados.

A associação também busca recursos próprios por meio de promoções como: rifas, bingos, festas juninas e outras doações de amigos, do juizado especial criminal, mas ainda assim enfrentam grandes dificuldades com relação a recursos financeiros, pois necessitam adquirir novos aparelhos para fazer as atividades de estimulação sensório-motor; necessitam de assistência de profissionais especializados para o atendimento, de transporte para alunos, de remuneração de mais voluntários para suprir assim, a carência de profissionais para as atividades de padronização, circuito, etc. e principalmente necessitam da construção da sede própria para atendermos um número maior de alunos com mais qualidade.

Reportando-nos à estrutura física associação, o prédio de funcionamento da ABENMM é alugado e conta atualmente com uma estrutura física de três salas de aula, uma sala de padronização, uma recepção, uma copa, um depósito para materiais e uma área livre

A construção do prédio é do tipo alvenaria, tendo a parte interna, forrada e lajotada e a parte externa pintada. Com acesso à área livre para recreação e atividades afins, permitindo que as crianças fiquem livres neste espaço e movimentem-se.

Nas salas de aulas estão dispostos o mobiliário padrão (mesas, carteiras quadro, armário.), a sala do nível III é a que mais se assemelha com a sala de aula do ensino comum, pois sua estrutura de fato corresponde às que a maioria destes alunos que frequentam a escola regular;

A sala de padronização não possui nenhum móvel mobiliário escolar, apenas um plano inclinado que é um móvel em forma de prancha construída em madeira compensada com uma das faces aparelhadas, com a aparência de um escorregador. O espaço da padronização está localizado no final do corredor, próximo a cozinha, sendo um local aberto e de livre acesso, tendo assim um fluxo grande de pessoas neste espaço e na maioria das vezes interferindo no andamento das atividades;

A área livre destina-se a dois fins: primeiramente destinada para o lanche dos alunos e posteriormente par atividades recreativas;

A recepção é dividida em duas salas, que compreendem a sala de direção e de coordenação que além das atividades padrões do cargo também são utilizada para o atendimento as famílias para a avaliação diagnóstica, que na maioria das vezes são sigilosas.

Vale ressaltar que nesta estrutura não se tem ambientes apropriados que são de suma importância para o atendimento de qualidade de nosso público, como: sala de professores, refeitório, despensa, auditório, instalações sanitárias que atendam o número de usuários, secretaria, sala de coordenação pedagógica, brinquedoteca.

Assim observei que a estrutura da associação é um ambiente físico adaptado que comparado aos prédios anteriores é mais amplo, arejado, rico em estímulos, mas ainda não é adequado para a realização das atividades e há a necessidade urgentemente de contar com uma infraestrutura própria e adequada para que as

crianças atendidas tenham cada vez mais chances de desenvolver as suas potencialidades.

Em relação ao quadro funcional, a associação Milton Melo conta hoje, com uma equipe multiprofissional, que compreende cerca de 29 (vinte e nove) funcionários, mais os voluntários.

O quadro funcional da associação, está dividida em 11 quadros, o primeiro é referente a direção que é a pessoa responsável por acompanhar as atividades culturais, documentação, organização e gestão institucional. O segundo tem a Coordenação Pedagógica como responsável por supervisionar como está o andamento das atividades sensório-motoras e a aprendizagem dos alunos e o seu acompanhamento familiar, assim como realizar formação para os professores. Há Pedagogos que são responsáveis por lecionar no AEE da associação. E o Psicopedagogo que está responsável pela coordenação pedagógica.

Na associação tem em seu quinto quadro, referente ao Especialista em Psicomotricidade que está responsável pela avaliação dos alunos. O Educador Físico que nela fica responsável por supervisionar e realizar as atividades psicomotoras e de padronização com os alunos. O Fonoaudiólogo com a responsabilidade voltada para o serviço especializado com os alunos da instituição.

Em seu oitavo quadro funcional está o Fisioterapeuta, que é o responsável pelo serviço especializado de fisioterapia com os alunos da instituição. Outros professores são responsáveis pela aplicação das atividades sensório-motoras, sob orientação destes, além de alguns voluntários que colaboram nas atividades de padronização junto aos profissionais da associação e a Equipe de apoio que zela pela limpeza e segurança da associação.

O quadro funcional de uma escola, independentemente de ser inclusiva ou não, é relevante, pois é a partir desse contingente que as atividades são pensadas e postas em prática, tudo isso para que se possa ter o funcionamento adequado.

Sobre o Currículo, na Associação Milton Melo, este é pensado de forma a contemplar as necessidades de todos os alunos envolvidos, sendo assim, a equipe gestora, em consonância com a rede regular de ensino por meio da Secretaria Municipal de Educação, promove sempre que possível, formações internas e externas para os professores, sendo que estas formações são direcionadas para o público alvo da Educação Especial.

Além de toda a formação dada, visando cada vez mais o bem estar, a qualidade de vida e o aprendizado desses alunos atendidos na associação é feito um planejamento semestral. Esse planejamento conta com, *visitas às escolas*, que são feitas por parte da coordenação da associação, nas escolas regulares onde as crianças atendidas na associação estão matriculadas, com a intenção de saber se a criança está de fato frequentando a escola e além de saber se a escola possui ou não AEE, visto que a associação prioriza atender alunos em que na escola não possui.

Há também a *Entrega de um relatório*, elaborado pela coordenação da associação, onde a família daquele aluno, coloca as suas informações e do aluno desde o seu nascimento e sua trajetória escolar, entre outras informações necessárias para a matrícula deste, na instituição. E sobre a *Hora atividade* que na associação é utilizada para o planejamento das atividades.

Com isso, percebo que, numa forma organizacional, a associação Milton Melo está sempre preocupada tanto com o bem estar dos alunos quanto com a estrutura de trabalho oferecido, no sentido de oferecer atendimento de qualidade e de está respaldada legalmente nas suas ações enquanto entidade beneficente.

3.2 – Projeto Político Pedagógico (PPP) e a proposta de inclusão

A Educação inclusiva é a educação feita para todos, e esta modalidade tem a finalidade de diminuir ou reverter o processo de exclusão, bem como criar possibilidades de aprendizagem de caráter complementar para àqueles alunos que possuem transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, levando sempre em consideração as especificidades de cada indivíduo.

Assim, a escola só será realmente inclusiva quando conseguir a partir de suas práticas e métodos transformar, não somente a escola em si, mas também todo o seu corpo técnico no que diz respeito à sua postura, atitude e mentalidade. É importante frisar também o papel da comunidade escolar num contexto mais amplo, ou seja, deve-se atentar para o reconhecimento e a promoção do desenvolvimento do potencial inerente à todo ser humano em sua maior expressão: a diferença.

Contudo, os sistemas de ensino devem estar preparados para receber alunos com necessidades especiais na sua estrutura física e no seu corpo docente, além disso, um plano estratégico para que a permanência desse aluno na escola seja

bem sucedida deve ser elaborado, para que se possa englobar de uma forma geral o aluno, pais e professores no sentido de promover o diálogo entre as partes.

Essa interação se faz importante para que se possa compreender as necessidades individuais de cada criança, bem como seus anseios e limitações, pois num nível educacional essas problemáticas devem ser levadas em consideração.

Nesse sentido a ABEE NMM Milton Mello objetiva,

Oferecer oportunidades para que as pessoas com necessidades especiais resgatem as funções de vivência, através de estímulos, proporcionando melhores condições de saúde e educação. Promovendo o bem estar biopsicossocial de seus alunos, dando chances àqueles que apresentam condições de escolarização, garantindo sua inclusão na rede comum de ensino. E as demais crianças que possuem um quadro neurológico mais comprometido, de desenvolverem ao máximo suas potencialidades, possibilitando-lhes condições para exercer sua cidadania. (PPP DA ASSOCIAÇÃO, 2017, p. 01).

Com isso faz-se necessário e urgente a reconstrução do PPP, para que todas as pessoas envolvidas neste contexto (gestores, funcionários, professores, alunos, pais e comunidade em geral) expressem seus desejos e ideais, através da participação coletiva.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de ação coletiva, que resgata a unidade do trabalho educativo, tendo em vista a integração e o desenvolvimento da instituição como um todo, em busca de uma identidade própria, a qual considere os diferentes contextos de inserção da escola.

Este documento é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), que oportuniza às escolas a estruturação e o desenvolvimento adequados do trabalho educativo, buscando melhorias na aprendizagem. É, porém, um mecanismo elaborado coletivamente para fortalecer a aquisição de conhecimentos autônomos, democráticos que priorize o acesso, a permanência e o sucesso escolar. Por meio de um trabalho significativo e de qualidade, que acompanhe as mudanças contínuas que ocorreram na sociedade contemporânea e no campo educacional.

Essa nova perspectiva de educação leva à vários questionamentos e na associação pesquisada não é diferente, pois, além de fazer um trabalho diferenciado, o faz também em paralelo com a escola regular.

Sabemos que a realidade da educação no Brasil não favorece a inclusão e que apesar desse processo estar cada vez mais em evidência e que leis e decretos deem suporte à atitudes inclusivas, as escolas em todo seu corpo escolar, não estão preparadas para receber um aluno com deficiência, seja ela qual for, assim, cada

vez mais, vemos crianças sendo excluídas das escolas regulares e sendo encaminhadas para entidades terapêuticas e de apoio para “tratamentos”.

Nesse sentido, o trabalho realizado pela Associação Milton Melo, vem contrapor essa realidade quando o aluno atendido deve estar devidamente matriculado na escola regular, com exceção daqueles alunos que tem suas capacidades neurológicas e/ou cognitivas afetadas.

3.3 O atendimento na associação e práticas realizadas

O processo de atendimento e práticas realizadas na associação, é direcionado a crianças com deficiências, objetivando a superação dos impedimentos encontrados, através de um conjunto de programas de estimulação que engloba todas as áreas necessárias. É constituído por técnicas adequadas à estimulação global infantil.

Com base no Projeto Político Pedagógico os programas destinam-se a crianças dos zero aos seis anos. No entanto, também podem ser aplicados em crianças mais velhas para auxiliar a aprendizagem escolar ou potenciar a inteligência, independentemente de existir ou não alguma inquietação.

O Método Glenn Doman é aplicado em diversas patologias que podem ou não entrar as vias sensoriais e motoras, dificultando o desenvolvimento das crianças em certas funções. Isto impede, dependendo do tipo de lesão, o desenvolvimento de funções superiores, intelectuais ou motoras.

A intervenção profissional torna possível uma reorganização de caráter neurológico. Esta intervenção ajuda o processo de desenvolvimento a voltar ao normal, havendo uma melhoria na condição da criança, ou até uma recuperação total das funções afetadas.

O Método Glenn Doman é constituído por diversos programas que se inter-relacionam. Estes direcionam-se às áreas auditiva, visual, tátil, de mobilidade, linguagem e destreza manual. Para cada uma destas áreas existem programas específicos. O objetivo é que a criança adquira uma capacidade que não detém, recuperar uma que tenha sido perdida ou até potenciar essa capacidade.

Na associação Milton Melo, a estimulação por meio do método Glenn Doman é realizada a partir da anamnese, que é realizada logo no primeiro contato da família com a equipe gestora. A partir de então, um plano estratégico é formulado, em

conjunto com toda a equipe pedagógica e neuropsicomotora, respeitando sempre as dificuldades e necessidades de cada indivíduo e levando em consideração sua idade cronológica e neurológica. Esse é um momento onde se deve ter muita cautela para entender e direcionar o aluno para as atividades.

As atividades realizadas na Associação Milton Melo vão desde estimulação físicas e motoras, até as atividades educacionais, onde os alunos tem a oportunidade de estimular suas capacidades existentes e até adquirir novas.

4 O METODO GLENN DOMAN E SUA APLICAÇÃO NA ABEEeNMM

No campo da educação, a qualidade do aprendizado da pessoa com deficiência sempre foi um desafio. Para que essas dificuldades fossem sanadas, foram criados ou elaborados uma infinidade de métodos ou abordagens. Dentre eles, o método **Glenn Doman**.

Nesta seção abordaremos algumas questões voltadas ao método Glenn Doman, que também utilizamos como base teórica, sobre as suas aplicabilidades e as eficácias do seu emprego na associação com os alunos.

4.1 Conhecendo o método Glenn Doman

Glenn Doman era natural do estado da Pensilvânia nos Estados Unidos, formou-se neste mesmo estado, em 1940 no curso de fisioterapia pela Universidade da Pensilvânia, mesmo ano começou a trabalhar no Temple University Hospital & Medical School como subchefe da seção de fisioterapia. Não era um educador por profissão, porém foi o responsável pela maior revolução na Educação Infantil quando começou a trabalhar junto com uma equipe multidisciplinar o desenvolvimento cerebral infantil.

Trabalhava com ele uma equipe formada por psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, entre outros, cada um numa fase específica e em sua respectiva área de conhecimento. Esses profissionais criam que essas crianças necessitavam de tratamentos voltados ao cérebro por meio cirúrgico ou não, assim entendendo que não interessava a causa da lesão e sim a forma pelo qual esse cérebro seria estimulado. No entanto, apesar de possuírem vários recursos e técnicas, não

logravam grandes resultados com os métodos de tratamento que vinham sendo empregados nesse grupo de pacientes. Foi então que após várias discussões observaram que todos os seus pacientes estavam sendo tratados de forma errada, ou seja, estavam sendo trabalhados aonde não se encontrava origem de seus problemas.

Segundo Veras(1984), esses atendimentos eram feitos de forma experimental com crianças com lesão cerebral, que tinham diagnósticos sintomáticos fechados e que tinham tratamento desses sintomas, com o intuito de promover melhores formas de desenvolvimento cerebral. Vale ressaltar também, que para o instituto *lesão cerebral* é um diagnóstico muito extenso no qual estão conglomerados tipos e graus específicos de deficiências físicas e/ou mentais, dentre elas estão: paralisia cerebral, autistas, disléxicos e crianças com síndrome de Down, entre outros.

A equipe de Doman acreditava que era necessário que essas crianças tivessem um trabalho voltado para os mais diferentes tipos de lesão cerebral, enfatizando a necessidade de ter um trabalho voltado também à reprodução neurológicas do crescimento.

Glenn Doman foi um fisioterapeuta americano que desenvolveu sua própria teoria sobre o tratamento de crianças com lesões cerebrais depois de se encontrar com Billy, um adolescente com hidrocefalia. Billy falava com clareza e tinha boa compreensão, impressionando muito a Doman que foi à procura do médico que o tratava com o intuito de entender o que estava se passando com esse jovem. Assim, aconteceu então seu encontro com Dr. Temple Fay, o mais renomado neurocirurgião da época. Deste episódio resultou a extraordinária parceria entre estes dois precursores do tratamento neurológico, como nos diz Veras:

Pode-se dizer que Glenn Doman é invenção de Temple Fay... Devo dizer também que Glenn Doman rendeu a Temple Fay o maior preito que um discípulo pode render ao seu mestre: juntou tudo o que tinha aprendido em sua longa convivência com ele e estruturou com seu próprio gênio os ensinamentos do mestre... Fay era um pesquisador. Doman é um aplicador. Fay via no laboratório o melhor meio de alcançar suas metas. A meta de Doman era e é o aprimoramento da vida humana (VERAS, 1984, p.35).

No entanto, esta teoria, necessita de bases e evidências científicas, pois, segundo a Academia Americana essa teoria é baseada em convenções ultrapassadas e estabelecem uma facilitação extrema em relação ao desenvolvimento cerebral.

Veras (1984), diz que, no período que compreende os anos de 1941 a 1945, Doman se afasta de seus trabalhos e pesquisas para fazer parte do corpo médico da infantaria de combate durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1947 ao participar de uma convenção médica reencontra-se com o Dr. Fay, o qual o convida para retornar ao centro cirúrgico, sendo este o lugar onde Doman passou a adquirir melhores conhecimentos sobre o cérebro humano. Com isso, de 1947 a 1950 passou a se formar uma pequena equipe de quatro membros: Glenn Doman, fisioterapeuta, sua esposa Hazel, enfermeira, Dr. Temple Fay, neurocirurgião e Dr. Robert Doman, médico, os quais passaram a trabalhar e a pesquisar sobre as crianças de cérebro lesado. Doman então fundou os *Institutos para a Conquista do Potencial Humano* na Filadélfia, através dos quais ele espalhou suas ideias e métodos, onde atendiam cerca de 250 pacientes das mais variadas idades e todos com lesão cerebral.

A partir de então, após anos de estudos e pesquisas sobre o que poderia ser feito para que uma criança com lesão cerebral pudesse aprender, Doman e sua equipe começam a questionar-se sobre o que é “normalidade”, foi então que entraram em contato diversas literaturas médicas, deparando-se com Gesell, o único na época a estudar e elaborar pesquisas sobre quando ocorria desenvolvimento de crianças normais. Com isso, Doman e sua equipe passaram a discutir não somente “quando” a criança se desenvolvia, mas também “como” e “porque” isso ocorria, assim passaram a estudar os próprios recém-nascidos e bebês. Isso os levou a estudarem crianças de diversos lugares do mundo como: Equador, África, Ocidente Médio, Xingu, Ásia, Deserto do Caláari, América do Sul, Europa, Ártico, entre outros.

Através de pesquisas desenvolvidas na década de cinquenta, criou-se o método de desenvolvimento do potencial humano.

Este método baseia-se na criação do maior número de experiências possíveis que estimulem o corpo e a mente do paciente com lesão cerebral, visto que eles continuam tendo um cérebro de boa qualidade. Assim, as partes sãs do cérebro são forçadas a assumirem funções das partes debilitadas, pois,

O método Doman-Delacato está voltado principalmente para a educação de crianças com lesão cerebral. Crianças porque se considera que elas possuem maior plasticidade cerebral e, portanto um melhor prognóstico em relação a melhoras que indivíduos com idade mais avançada. (VERAS, 1989).

O marco teórico desse modelo de intervenção em educação especial está centrado no princípio da organização neurológica (LEWINN, 1969). De acordo com esse princípio, para que se possam instalar os processos comportamentais superiores que caracterizam indivíduos sadios, torna-se necessário que a criança passe com sucesso por etapas iniciais de desenvolvimento regidas por porções primitivas do cérebro humano: num primeiro momento, o bulbo raquiano e medula espinhal, posteriormente, a ponte cerebral, o mesencéfalo e partes distintas do córtex cerebral, até que o córtex requintado seja ativado e as diversas capacidades e habilidades individuais possam manifestar-se em níveis avançados.

Essa convicção de que o desenvolvimento do indivíduo humano recapitula o desenvolvimento da espécie (ontogênese recapitula a filogênese) é um dos pilares da perspectiva de Doman e Delacato. A lesão cerebral, nessa perspectiva, age obstruindo vias sensoriais ou motoras, cessando o desenvolvimento da criança no que tange às funções prejudicadas pela lesão, e assim impedindo o surgimento pleno de funções superiores, intelectuais ou motoras, dependendo do tipo da lesão (DOMAN, 1980). No entanto, se for realizada uma intervenção que possibilite algum tipo de reorganização de caráter neurológico, o processo de desenvolvimento pode retomar seus rumos e eventualmente o indivíduo com cérebro lesado apresentará melhora significativa em sua condição, podendo inclusive atingir a normalidade (DELACATO, 1963; DOMAN, 1980; VERAS, 1989)

Este método combina materiais utilizados noutras abordagens e outros desenvolvidos por Domam e pela sua equipe. O objetivo do criador deste método é tornar os programas os mais completos possíveis.

Alguns dos materiais utilizados no Método Glenn Domam não necessitam de ser adquiridos pelos pais da criança. Objetos como os BITS de inteligência, cartões dos conjuntos e símbolos numéricos, por exemplo, devem ser construídos pelos pais. Isto permite que os materiais sejam adaptados às necessidades específicas da criança.

Depois da análise e avaliação da situação da criança é criado um programa de atividades específico. Os programas são desenhados para serem aplicados pelos pais. As atividades permitem compensar o atraso no desenvolvimento da criança. Isto é feito através da estimulação das partes do cérebro afetadas. Estas são estimuladas com maior frequência, intensidade e duração do que é habitual na criança.

4.1.1 Atividades - conhecendo suas capacidades

Glenn Doman quando criou o método do desenvolvimento do potencial humano, quis desmistificar a ideia de que a lesão cerebral não tem cura. Este método não se refere a algo milagroso, porém ele acreditava que com um trabalho intenso e que, com a parceria das famílias, poderia dar mais esperança e ajudar no desenvolvimento das crianças beneficiadas com esse tratamento.

As capacidades descritas a seguir, e detalhadas no Projeto Político Pedagógico da Associação, são voltadas as capacidades descobertas por Doman a partir dos estudos realizados, visto que elas nos falam das capacidades que um ser humano poderá desenvolver na sua primeira infância, as quais levaram à descoberta e aperfeiçoamento deste método.

CAPACIDADE VISUAL

- *O Primeiro Nível* - Toda criança tem o “reflexo pupilar fotomotor”. As crianças nascem funcionalmente cegas, porém seus olhos respondem imediatamente à luz intensa mediante dilatação reflexa das pupilas.
- *Segundo Nível* - a criança é a “percepção de contorno”. Neste estágio o bebê começa a ver silhuetas de pessoas e objetos.
- *O Terceiro Nível* - a criança tem a “apreciação de pormenores numa configuração”. Agora o bebê começa a enxergar o rosto materno, e não mero contorno indistinto.
- *O Quarto Nível* - a criança tem a “convergência visual. Agora a criança pode coordenar os olhos para focalizar um objeto e fundir as imagens recebidas por ambos os olhos.
- *O Quinto Nível* - a criança tem a “diferenciação de símbolos visuais simples, semelhantes, mas desiguais”. Ainda que, numa página impressa, a criança agora pode distinguir as diferenças entre as duas.
- *O Sexto Nível* - a criança tem a “identificação de símbolos visuais e letras nos limites da experiência”. Agora a criança pode conhecer algumas letras do alfabeto, triângulo, círculos e até palavras impressas.
- *O Sétimo Nível* - a criança tem “ler palavras usando um olho dominante. Um dos olhos é o olho-guia; o outro é o olho seguidor. Se a criança usa o olho direito como

guia, é provável que o hemisfério cerebral dominante seja o esquerdo. Se o seu desenvolvimento neurológico bom, ela será destra do olho, ouvido, mão e pé.

CAPACIDADE AUDITIVA

- *O primeiro nível* - a criança tem o “reflexo de estremecimento” que já está presente quando o nenê nasce. Produzindo perto do bebê um ruído alto, ele reagirá com uma espécie de tremor e tornará a reagir do mesmo jeito toda vez que repetir o ruído.
- *O segundo nível* - a criança tem a “resposta vital a sons ameaçadores”. Agora, quando o bebê ouve sons altos, grita, fazendo deste modo soar o seu sistema de alarme para alertar a mãe.
- *O terceiro nível* - a criança tem a “apreciação de sons significativos”. Agora o bebê começa a responder à voz materna e sons agradáveis.
- *O quarto nível* - a criança tem a “compreensão de duas palavras faladas”. Se a mãe acreditar o bebê está entendendo, podemos lhe dar o crédito.
- *O quinto nível* - a criança é a “compreensão de dez a vinte e cinco palavras e de frases de duas palavras”.
- *O sexto nível* - a criança tem a “compreensão de duas mil palavras e frases simples”. Se você já perdeu a conta das palavras que seu filho compreende e obviamente você sabe se ele entende frases simples.
- *O sétimo nível* - a criança tem a “compreensão do vocábulo geral de frases adequadas, com o ouvido apropriado”. Agora você tem que fechar a porta se quiser falar alguma coisa que não quer que seu filho repita ou diga aos vizinhos.

CAPACIDADE TÁCTIL

- *O primeiro nível*- São os “reflexos epidérmicos”. Vários desses reflexos já estão presentes por ocasião do nascimento. Manifesta-se este reflexo quando se aranha o lado externo da sola do pé, do calcanhar até o dedo grande. O dedo grande do bebê flexiona-se para cima e os outros dedos abrem-se em leque.
- *O segundo nível* - É a “percepção de sensação vital”. Neste estágio de desenvolvimento o nenê começa a experimentar a sensação de dor e se põe a chorar, se machuca ou sente fome.

- *O terceiro nível* - A criança tem apreciação de sensação gnóstica. Ela responde a sensações mais sutis, como as de tepidez e frescor.
- *O quinto nível* - A criança tem a “diferenciação tátil de objetos semelhantes, mas desiguais”. Em outras palavras, pelo tacto e não pela visão, diferencia uma maçã de uma bola, ou uma colher de um garfo.
- *O sexto nível* - a criança tem a “descrição de objetos por meios tácteis”. Agora a pode tatear os objetos e dizer como é que eles são sem vê-los.
- *O sétimo nível* - a criança é tem a “identificação tátil de objetos.”. Agora a criança deve ser capaz de identificar, pelo tacto e sem olhá-lo, praticamente qualquer objeto contido nos limites de suas experiências Mas uma vez, pouco importa que a criança seja destra ou canhota, contanto que a lateralidade seja coerente.

CAPACIDADE MOTRIZ

- *O primeiro nível*- a criança tem a movimentação de braços e pernas sem deslocamento do corpo.
- *O segundo nível*- a criança começa a rastejar, a mover-se dando volta pelo chão.
- *O terceiro nível*- a criança começa a “engatinhar sobre as mãos e joelhos. Muitas vezes, move a perna esquerda junto com a mão esquerda, a perna direita junto com a mão esquerda.
- *O quarto nível*- a criança começa a “andar usando os braços em função de equilíbrio. Neste nível a criança utiliza o s braços para auxiliar o equilíbrio.
- *O quinto nível*- a criança começa a andar com os braços livres da sua função primária de equilíbrio. Agora seus braços permanecem abaixados.
- *O sexto nível*- a criança começa andar e correr em completo padrão cruzado. Agora a mão esquerda avança junto com o pé direito, a mão direita avança junto com o pé esquerdo.
- *O sétimo nível*- a criança começa “usar preferencialmente uma das pernas (jogar bola, subir num banco, etc.). A coisa não é tão complicada como parece. O lado não importa, o que importa é a coerência.

LINGUAGEM

- *O primeiro nível*- a criança tem a primeira experiência da fala. O nenê chora ao nascer.
- *O segundo nível*- a criança tem o choro em resposta às ameaças da vida, ou seja, responde chorando com mais insistência e intensidade do que no estágio anterior.
- *O terceiro nível*- a criança começa a balbuciar sons significativos. A mãe começa a atender que os sons emitidos pelo nenê.
- *O quarto nível*- a criança começa a fazer uso de duas palavras espontânea e significativamente. “Mamã”, “papa”. A mãe reconhece melhor uma palavra do que um som e, este é um nível animador, porque a criança decifrou o código e está começando a compreender o que é linguagem.
- *O quinto nível*- a criança começa a falar de dez a vinte e cinco palavras, inclusive frases de duas palavras. Pouco importa quais sejam as palavras; a criança está em via de enfileirar as palavras ordenadamente.
- *O sexto nível*- a criança começa a falar cerca de duas mil palavras e frases curtas. Em geral seu filho a marca de duas mil palavras quando você acha que já perdeu a conta de todas as palavras que ele emprega.
- *O sétimo nível*- a criança passa a possuir vocabulário completo e construir adequadamente as orações. Agora a criança é capaz de formular qualquer pergunta e expressar-se. A estrutura de suas orações é a que se espera de outras pessoas de nossa comunidade. Verbalmente ela é agora um de nós.

CAPACIDADE MANUAL

- *O primeiro nível*- a criança tem o reflexo da preensão. Ela fechará a mão para pegar tudo que lhe toque.
- *O segundo nível*- a criança pode, não só agarrar um objeto, mais também soltá-lo.
- *O terceiro nível*- a criança tem o reflexo da preensão voluntária. Agora ela pode pegar objetos maiores.
- *O quarto nível*- a criança é capaz de apertar o dedo indicador de encontro ao polegar, independente dos três outros dedos. Se aos doze meses uma criança tem oposição cortical em uma das mãos, classifica-se de médio o desenvolvimento de sua capacidade manual.

- *O quinto nível*- a criança pode opor o dedo indicador ao polegar em ambas as mãos ao mesmo tempo. Isso se chama “oposição cortical bilateral e simultânea”.
- *O sexto nível*- a criança tem “atuação bi manual, com uma das mãos em papel dominante”. Agora a criança usa ambas as mãos ao mesmo tempo, em ação coordenada.
- *O sétimo nível*- escreve com a mão correspondente ao hemisfério dominante. Por outras palavras, se ela é destra de olho, ouvido e pé, deve ser destra de mão. Neste estágio a criança deve estar lateralizada.

Essas capacidades citadas acima, são utilizadas como forma de avaliação para possíveis atividades que poderão ser realizadas na Associação. Essa avaliação determina qual o nível que uma determinada criança apresenta, levando em consideração sua idade cronológica e neurológica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da modalidade da Educação Especial é ainda um processo em movimento e constante transformação. No entanto, é inegável o quanto se tem avançado nesse sentido, inclusive no que diz respeito às escolas ou instituições especializadas, abordadas neste estudo.

A legislação vigente assegura de forma mais justa, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nos ambientes escolares regulares, no entanto, para a educação inclusiva acontecer concretamente deve-se levar em consideração a qualidade da educação ofertada, levando em consideração uma série de fatores indispensáveis como: eficiência e competência de gestores, recursos e boa estrutura escolar e o cumprimento das políticas públicas votadas para essa modalidade.

Através deste estudo, busquei conhecer a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Melo, bem como o método utilizado e sua aplicação no Atendimento Educacional Especializado ofertado as crianças com deficiência. E com base no que foi apresentado, a pesquisa mostra que é possível fazer acontecer a educação inclusiva, Porém não basta somente fazer o atendimento, é necessário também o envolvimento de todos os personagens, haja vista que, as famílias devem estar ligadas diretamente a fim de dar suporte a escola no desenvolvimento dos alunos, pois muitos acreditam que apenas matricular o

aluno na escola já resolve todo o seu problema de aprendizado, quando é apenas o primeiro passo a ser dado.

Nesse sentido, considero que esta pesquisa mostra que a Associação pesquisada, contempla as especificidades para o Atendimento Educacional Especializado em todo o seu contexto, desde a participação efetiva dos sujeitos interessados(família e alunos) até o corpo técnico que compõe a mesma(direção, coordenação, professores,...), haja vista que este trabalho buscou como objetivos específicos: Compreender na perspectiva inclusiva a importância da associação no trabalho em paralelo com a escola regular e como esse trabalho tenta suprir essa ausência, Identificar como está formada a equipe de professores/profissionais que atendem os alunos na AML? Vislumbrar o Atendimento Educacional Especializado ofertado na associação, bem como seu planejamento, metodologia e avaliação, entender o método Glenn Doman e sua eficácia no aprendizado e desenvolvimento de crianças com deficiência e Conhecer de que forma é feito o atendimento pedagógico ofertado na Associação Milton Melo às crianças com deficiência, que não frequentam a escola regular.

Dessa forma, os achados mostram que as questões abordadas foram respondidas, pois ficou explícito na pesquisa que nas escolas inclusivas deve-se ter uma equipe especializada, tanto quanto dedicada e espaços privilegiados à disposição de todos os alunos os quais são de suma importância para que se tenha êxito no trabalho e no desenvolvimento dos alunos atendidos.

A Inclusão é notória e promissora, basta somente que se deem a devida importância na relação e convivência de alunos com deficiência com os demais alunos, pois isso só acarretará ganhos a todos os envolvidos, seja enquanto escola, sociedade e principalmente a alunos. Pois o convívio com as diferenças e a diversidade soma um aprendizado para toda a vida.

Acredita-se numa escola onde se leve em consideração as especificidades de cada aluno, onde seu potencial seja respeitado e aguçado. Entende-se que para essa escola acontecer precisa se cultivar a solidariedade, a esperança e a vontade de ensinar e aprender e que nós educadores precisamos construir valores humanistas e sociais. Portanto, compreendo que a educação por si só não resolve todos os problemas da humanidade, mais que é o principal elemento no processo de transformação das pessoas e do mundo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A.; Liidke, Menga. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo. EPU, 1986

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE EDUCAÇÃO E NEUROFUNCIONAL MILTOM MELO. **Projeto Político Pedagógico**. Abaetetuba, 2017.

BEYER, Hugo Otto. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: ressinificando conceitos e práticas da educação especial-Revista da educação Especial- Destaque-jul/2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

CAMPOS, S. M. G.; MARTINS, R. M. L. **Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual**. Milenium Revista do ISPV, n. 34, p. 223-231, abril de 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

CONFERÊNCIA Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais,1994, Salamanca (Espanha). Genebra, UNESCO, 1994.

Curso de Educação Especial e Atendimento Especializado. 2009. Cap. 1, p. 6-16. Acesso em: 22 out 2018.

DECLARAÇÃO de Guatemala. **Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência**.Guatemala,1999

DECLARAÇÃO Mundial de Educação para Todos. **Conferencia de Jomtien**. Tailândia. UNICEF,1990

DECHICHI, C. *et al.* **Alguns aspectos históricos no atendimento a pessoa com deficiência**. Apresentação - Curso de Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado. 2009. Cap. 1, p. 6-16.

DOMAN, Glenn. **Como Multiplicar a Inteligência do seu Bebê**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1993.

Educação inclusiva: v. 1: **a fundamentação filosófica** / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 28 p.

Educação Infantil: pra que te quero? \Organizado por Carmem Maria Craidy e Gladis Elise O. da Silva Kaecher- Porto Alegre: Artined, 2001

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P. e MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especial**: aspectos legais. In: FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M.

P. e MANTOAN, M. T. E. Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas – São Paulo: MEC/SEESP, p. 25-42, 2007.

GLAT, Rosana e FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. **DA EDUCAÇÃO SEGREGADA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira-Revista da Educação especial- Enfoque-out/2005.

Lei Federal Nº 9394 de 20 de dezembro. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL – DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO ESCOLAR**. S /d

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado**: políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: História e políticas públicas- 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005

MIRANDA, A. A. B. História, **Deficiência e Educação Especial**. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática do Professor de Alunos com Deficiência Mental, UNIMEP, 2003.

OLIVEIRA, E. da S. G. & GLAT, R. **Educação Inclusiva**: ensino fundamental para os portadores de necessidades especiais. In: VALLE, B. de B. R., NOBRE, D.; ANDRADE, E. R.; OLIVEIRA, E. G.; BONFIM, M. S.; FARAH NETO, M.; GLAT, R. & ROSA, S. P. *Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino fundamental*. Curitiba: IESDE, 2003.

-SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed-res. E ampl. -São Paulo; Cortez, 2007

VERAS, Raimundo. **O Mongolismo**: Tratamento da Criança de Cérebro lesado. Rio de Janeiro. Auriverde, s/d.